

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	14

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	24.081
Preferenciais	16.914
Total	40.995
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	626.023	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.266	0
1.01.01	Caixa	2.460	0
1.01.02	Aplicações de Liquidez	26.806	0
1.02	Ativos Financeiros	546.103	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	99.591	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	99.591	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	446.512	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	455.538	0
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-9.363	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	337	0
1.03	Tributos	22.847	0
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	9.748	0
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	13.049	0
1.03.03	Outros	50	0
1.04	Outros Ativos	18.938	0
1.04.03	Outros	18.938	0
1.04.03.02	Outros Ativos	18.938	0
1.05	Investimentos	8.732	0
1.05.01	Participações em Coligadas	959	0
1.05.03	Participações em Controladas	7.773	0
1.06	Imobilizado	137	0
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	152	0
1.06.03	Depreciação Acumulada	-15	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	626.023	0
2.03	Provisões	17.569	0
2.04	Passivos Fiscais	7.319	0
2.05	Outros Passivos	10.732	0
2.07	Patrimônio Líquido	590.403	0
2.07.01	Capital Social Realizado	307.464	0
2.07.02	Reservas de Capital	155.430	0
2.07.04	Reservas de Lucros	108.671	0
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	18.800	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	38	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	27.819	57.622	0	0
3.01.01	Operações de Crédito	23.779	47.529	0	0
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.040	9.640	0	0
3.01.03	Resultado das Aplicações Compulsórias	0	453	0	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	118	-2.048	0	0
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-90	-3.425	0	0
3.02.03	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	208	1.377	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	27.937	55.574	0	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-12.474	-23.404	0	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-2.870	-5.518	0	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-6.443	-11.533	0	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-1.340	-2.612	0	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	539	1.066	0	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-2.479	-5.051	0	0
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	119	244	0	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	15.463	32.170	0	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.411	-13.370	0	0
3.06.01	Corrente	-4.373	-8.628	0	0
3.06.02	Diferido	-2.038	-4.742	0	0
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	9.052	18.800	0	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	9.052	18.800	0	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	9.052	18.800	0	0
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	0,8832	1,8344	0	0
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,4416	0,9172	0	0
3.99.01.01	ON	0,2208	0,4586	0	0
3.99.01.02	PN	0,2208	0,4586	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,4416	0,9172	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.99.02.01	ON	0,2208	0,4586	0	0
3.99.02.02	PN	0,2208	0,4586	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	9.052	18.800	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	18	237	0	0
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	18	237	0	0
4.02.01.01	Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	43	395	0	0
4.02.01.02	Efeito Fiscal	-25	-158	0	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	9.070	19.037	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-197.028	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	33.548	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	32.170	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	1.378	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-230.576	0
6.01.02.01	(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	-9.262	0
6.01.02.02	Redução em Operações de Crédito e Outros Créditos	8.362	0
6.01.02.03	(Aumento) em Outros Ativos Financeiros	-70	0
6.01.02.04	Redução em Ativos Fiscais	2.732	0
6.01.02.05	(Aumento) em Outros Ativos	-4.764	0
6.01.02.06	(Redução) em Depósitos	-225.896	0
6.01.02.07	Aumento em Provisões	95	0
6.01.02.08	Aumento em Passivos Fiscais	2.854	0
6.01.02.09	Aumento em Outras Passivos	1.444	0
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-6.071	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	236.625	0
6.02.01	Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	236.512	0
6.02.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	113	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.168	0
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-12.168	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.429	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.837	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.266	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	307.464	155.430	112.832	0	0	-199	575.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-4.161	0	0	0	-4.161
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	307.464	155.430	108.671	0	0	-199	571.366
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	18.800	237	19.037
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	18.800	0	18.800
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	237	237
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	395	395
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-158	-158
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	307.464	155.430	108.671	0	18.800	38	590.403

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Justificativa: A Financeira aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, relativamente aos períodos anteriores.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	55.014	0
7.01.01	Intermediação Financeira	57.622	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	1.377	0
7.01.04	Outras	-3.985	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.425	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.496	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-9.142	0
7.03.04	Outros	-2.354	0
7.03.04.01	Processamento de Dados	-1.628	0
7.03.04.02	Serviços do Sistema Financeiro	-367	0
7.03.04.03	Seguros	-263	0
7.03.04.04	Outros	-96	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	40.093	0
7.05	Retenções	-15	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	40.078	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	244	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	244	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	40.322	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	40.322	0
7.09.01	Pessoal	4.513	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.458	0
7.09.01.02	Benefícios	55	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.987	0
7.09.02.01	Federais	16.896	0
7.09.02.02	Estaduais	3	0
7.09.02.03	Municipais	88	0
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	22	0
7.09.03.01	Aluguéis	22	0
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	18.800	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.800	0

Comentário do Desempenho

Senhoras e Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, bem como as demonstrações consolidadas abrangendo a empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

Conjuntura econômica

Na conjuntura global, o acirramento de conflitos geopolíticos e de tensões comerciais, decorrentes da elevação de tarifas alfandegárias, aumentaram as expectativas de desaceleração da economia mundial, na comparação com a expansão de 3,2% registrada em 2024. Neste cenário, persiste elevado grau de incerteza sobre o desempenho das principais economias e crescimento do PIB global em 2025.

No Brasil, indicadores recentes apontam para queda no ritmo da atividade econômica ao longo de 2025. Os maiores desafios estão relacionados à combinação das pressões inflacionárias e o atual ciclo de alta da taxa de juros Selic, que reduz o consumo das famílias, encarece o crédito e afeta desfavoravelmente o desempenho de importantes setores da economia. Somam-se a isso, recentes tensões comerciais no âmbito internacional.

Quanto ao comércio exterior, não obstante o cenário internacional desafiador, constata-se no semestre importante contribuição para a atividade econômica. A conta corrente de comércio (importações mais exportações) alcançou US\$ 301,7 bilhões, ante US\$ 292,3 bilhões em igual período de 2024, com superávit de US\$ 30,1 bilhões, ante US\$ 41,7 bilhões em igual período de 2024.

No que tange ao comportamento da inflação, o IPCA registrou variação de 2,99% no semestre e de 5,35% nos últimos doze meses findos em junho. Neste contexto, a taxa Selic que estava em 10,50% a.a. em setembro de 2024 subiu gradativamente e alcançou 15,0% a.a. em junho de 2025.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional evoluiu 3,0% no acumulado até maio (últimos dados de mercado), ante 2,7% em igual período de 2024. O segmento de pessoas físicas cresceu 4,1% nesse período, ante 4,3% em igual período do ano anterior. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional posicionaram-se em 7,2%.

Sobre a mercantil financeira

A Mercantil Financeira S.A. é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e realiza as suas atividades operacionais com foco no financiamento de bens de consumo duráveis e empréstimos FGTS.

A Instituição empreende suas atividades através da rede de agências do Controlador, distribuídas de forma estratégica nas principais regiões e centros econômicos do País. Complementarmente, mantém seletivas parcerias com correspondentes bancários para originação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) é calculado em conjunto com o Controlador e posicionou-se em 17,1%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 15.

A gestão dos riscos é centralizada no Controlador, que dispõe de adequadas estruturas para esse gerenciamento. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 15.

Desempenho econômico-financeiro consolidado

- **Ativos**

O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 626,3 milhões. Os Ativos Financeiros alcançaram R\$ 580,7 milhões), 92,7% do ativo total.

Comentário do Desempenho

O caixa e equivalentes de caixa perfazem R\$ 29,3 milhões (4,7% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por disponibilidades de R\$ 2,5 milhões e aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$ 26,8 milhões.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R\$ 104,8 milhões (16,7% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro Nacional R\$ 99,6 milhões e Certificado de Depósitos Bancários R\$ 5,2 milhões.

Os ativos financeiros ao custo amortizado posicionaram-se em R\$ 482,7 milhões (77,1% do ativo total) e estão representados, basicamente, por aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de crédito e outros créditos.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R\$ 455,5 milhões, (72,7% do ativo total) e estão representadas por empréstimos saque FGTS de R\$ 367,7 milhões; empréstimos consignado R\$ 85,7 milhões; outros R\$ 2,1 milhões.

A provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito posicionou-se em R\$ 9,4 milhões (2,0% sobre o total da carteira de crédito). Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 5.2.

- **Passivo, Patrimônio Líquido e Resultado**

O Passivo total consolidado está constituído de provisões no montante de R\$ 17,7 milhões, passivos fiscais R\$ 7,4 milhões e outros passivos R\$ 10,7 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 10 e 11.

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 590,4 milhões e o Lucro Líquido é de R\$ 18,8 milhões.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 57,9 milhões. Estão representadas, basicamente, por resultado de receitas com operações de crédito R\$ 47,5 milhões e de operações com títulos e valores mobiliários R\$ 10,0 milhões.

As Despesas da Intermediação Financeira somam R\$ 3,4 milhões (5,9% das Receitas da Intermediação Financeira). As despesas com perdas esperadas associadas ao risco de operações de crédito posicionaram-se em R\$ 1,4 milhão e representam 2,4% comparadas às Receitas da Intermediação Financeira.

O Resultado Líquido (descontada a perda esperada com ativos financeiros) alcançou R\$ 55,9 milhões (96,5% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 5,5 milhões e as despesas administrativas somaram R\$ 11,6 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 13.1 e 13.2.

No que tange às demais receitas e despesas, detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 13.

- **Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)**

A Mercantil do Brasil Financeira não está obrigada a apresentar demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, em conformidade com as normas em vigor. Informações sobre os ajustes que serão apresentados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Controlador poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 16.

Controladas

A controlada, Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A., registrou lucro líquido de R\$ 200,2 mil, com o Patrimônio Líquido posicionando-se em R\$ 7,8 milhões.

Comentário do Desempenho**Relacionamento com os auditores independentes**

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, a Mercantil Financeira e sua controlada vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

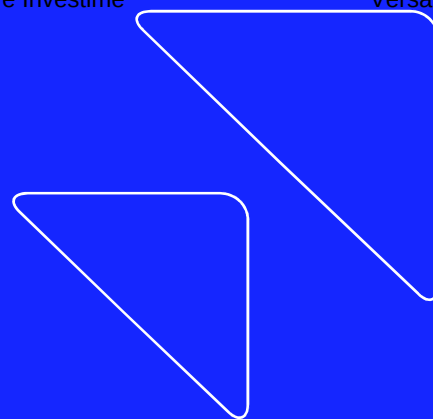
Considerações finais

A Mercantil Financeira S.A., nesta oportunidade, agradece aos seus acionistas, clientes e colaboradores pelo expressivo apoio e confiança, que tanto têm contribuído para o desenvolvimento da Instituição.

Belo Horizonte, agosto de 2025.

Administração

Notas Explicativas



MERCANTIL

Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Junho de 2025

Notas Explicativas

(Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	30/06/25	
		Financeira	Consolidado
Disponibilidades	3	2.460	2.518
Instrumentos Financeiros		572.909	578.172
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		99.591	104.854
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	99.591	104.854
Ao custo amortizado		473.318	473.318
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	26.806	26.806
Operações de Crédito e Outros Créditos	5.2	455.538	455.538
(Provisão para perdas esperadas)	5.2	(9.363)	(9.363)
Outros Ativos Financeiros		337	337
Ativos Fiscais		22.847	25.369
Correntes	6.1	9.798	12.320
Diferidos	6.2	13.049	13.049
Outros Ativos	7	18.938	19.155
Investimentos	8	8.732	959
Imobilizado de Arrendamento	9	137	137
Total do Ativo		626.023	626.310

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/25	
		Financeira	Consolidado
Provisões	10	17.569	17.753
Passivos Fiscais		7.319	7.380
Outros Passivos	11	10.732	10.740
Patrimônio Líquido		590.403	590.437
Capital Social	12.1	307.464	307.464
Reservas de Capital	12.2	155.430	155.430
Reservas de Lucros	12.2	108.671	108.671
Outros Resultados Abrangentes		38	38
Lucros Acumulados		18.800	18.800
Participação dos Não Controladores		-	34
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		626.023	626.310

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2025	
		Financeira	Consolidado
Receita da intermediação financeira		57.622	57.947
Operações de Crédito	5.2.a)	47.529	47.529
Resultado das Aplicações Compulsórias		453	453
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários		9.640	9.965
Despesas da intermediação financeira		(3.425)	(3.425)
Resultado líquido da intermediação financeira		54.197	54.522
Perdas esperadas de ativos financeiros	5.2.d)	1.377	1.377
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros		55.574	55.899
Outras receitas (despesas) operacionais		(23.404)	(23.614)
Resultado de Participações em Controladas	8	244	44
Despesas de Pessoal	13.1	(5.518)	(5.519)
Despesas Administrativas	13.2	(11.533)	(11.577)
Despesas Tributárias	13.3	(2.612)	(2.614)
Outras Receitas Operacionais	13.4	1.066	1.111
Outras Despesas Operacionais	13.5	(1.684)	(1.692)
Reversões / (Despesas) de Provisões	13.6	(3.367)	(3.367)
Resultado antes dos impostos		32.170	32.285
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.3	(13.370)	(13.485)
Provisão para Imposto de Renda		(5.580)	(5.661)
Provisão para Contribuição Social		(3.048)	(3.082)
Ativo Fiscal Diferido		(4.742)	(4.742)
Lucro Líquido do período		18.800	18.800
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)			
Ações ordinárias		0,4586	
Ações preferenciais		0,4586	
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)			
Ações ordinárias		11.043	
Ações preferenciais		7.757	
Número de Ações em Circulação - básico e diluído			
Ações ordinárias		24.080.768	
Ações preferenciais		16.914.403	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Notas Explicativas

	(Em milhares de reais)	
	30/06/2025	
	Financeira	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	18.800	18.800
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	237	237
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	237	237
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	395	395
Efeito Fiscal	(158)	(158)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	19.037	19.037
Lucro Atribuível à Controladora	19.037	19.037

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)									
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	LEGAL	ESTATUTÁRIAS							
SALDOS EM 31/12/2024	307.464	155.430	17.320	95.512	(199)	-	575.527	34	575.561
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (I)	-	-	-	-	-	(4.161)	(4.161)	-	(4.161)
Absorção da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021	-	-	-	(4.161)	-	4.161	-	-	-
SALDOS EM 01/01/2025	307.464	155.430	17.320	91.351	(199)	-	571.366	34	571.400
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	237	-	237	-	237
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	18.800	18.800	-	18.800
SALDOS EM 30/06/2025	307.464	155.430	17.320	91.351	38	18.800	590.403	34	590.437
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(4.161)	237	18.800	14.876	-	14.876

(I) Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme descrito nas notas 2.3.
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Indireto

Notas Explicativas

	(Em milhares de reais)	
	30/06/2025	
	Financeira	Consolidado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	32.170	32.285
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.378	1.541
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	3.573	3.581
Atualizações Monetárias Ativas	(589)	(634)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.377)	(1.377)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(244)	(44)
Depreciações e Amortizações	15	15
Variações em Ativos e Passivos	(230.576)	(230.690)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(9.262)	(9.355)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Outros Créditos	8.362	8.362
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros	(70)	(70)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais	2.732	2.778
Redução (Aumento) em Outros Ativos	(4.764)	(4.733)
Aumento (Redução) em Depósitos	(225.896)	(225.896)
Aumento (Redução) em Provisões	95	103
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais	2.854	2.868
Aumento (Redução) em Outras Passivos	1.444	1.385
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.071)	(6.132)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(197.028)	(196.864)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	236.512	236.512
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	113	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	236.625	236.512
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(12.168)	(12.168)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(12.168)	(12.168)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	27.429	27.480
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.837	1.844
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	29.266	29.324
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	27.429	27.480

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Notas Explicativas

	(Em milhares de reais)	
	30/06/2025	
	Financeira	Consolidado
1 - RECEITAS	55.014	55.376
Intermediação Financeira	57.622	57.947
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.377	1.377
Outras	(3.985)	(3.948)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(3.425)	(3.425)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(11.496)	(11.540)
Serviços de Terceiros	(9.142)	(9.186)
Outros	(2.354)	(2.354)
Processamento de Dados	(1.628)	(1.628)
Serviços do Sistema Financeiro	(367)	(367)
Seguros	(263)	(263)
Outros	(96)	(96)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	40.093	40.411
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(15)	(15)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	40.078	40.396
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	244	44
Resultado de Equivalência Patrimonial	244	44
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	40.322	40.440
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	40.322	40.440
Pessoal	4.513	4.514
Remuneração Direta	4.458	4.459
Benefícios	55	55
Impostos, Taxas e Contribuições	16.987	17.104
Federais	16.896	17.013
Estaduais	3	3
Municipais	88	88
Remuneração de Capitais de Terceiros	22	22
Aluguéis	22	22
Remuneração de Capitais Próprios	18.800	18.800
Lucros Retidos do Período	18.800	18.800

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Financeira) é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais atuando no segmento de crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito pessoal com garantia do FGTS. A sede da Financeira está localizada na rua Min. Orozimbo Nonato, nº 215, 15º andar, bairro Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais e tem como local principal de negócios o escritório situado na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas às provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Mercantil Financeira S.A. em 05/08/2025.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 30 de junho de 2025 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As informações financeiras consolidadas contemplam a Financeira e a sua empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (vide nota nº 8.).

2.3. Mudança da Política Contábil e reclassificação de informações comparativas

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 que alterou os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros. Os principais ajustes decorrentes da aplicação da norma são: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicados prospectivamente e efeitos dos ajustes decorrentes da sua aplicação foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Segue demonstrado abaixo a reconciliação da Posição Patrimonial do Banco em 01/01/2025:

Ativo	Financeira			Consolidado		
	31/12/2024	Ajustes Res. 4.966	01/01/2025	31/12/2024	Ajustes Res. 4.966	01/01/2025
Disponibilidades	1.837	-	1.837	1.844	-	1.844
Instrumentos Financeiros	786.966	(6.935)	780.031	792.136	(6.935)	785.201
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	326.604	-	326.604	331.774	-	331.774
Títulos e Valores Mobiliários	326.604	-	326.604	331.774	-	331.774
Ao custo amortizado	460.362	(6.935)	453.427	460.362	(6.935)	453.427
Operações de Crédito e Outros Créditos	464.760	124	464.884	464.760	124	464.884
(Provisão para perdas esperadas)	(4.665)	(7.059)	(11.724)	(4.665)	(7.059)	(11.724)
Outros Ativos Financeiros	267	-	267	267	-	267
Ativos Fiscais	27.547	2.774	30.321	30.115	2.774	32.889
Correntes	12.597	-	12.597	15.165	-	15.165
Diferidos	14.950	2.774	17.724	14.950	2.774	17.724
Outros Ativos	17.214	-	17.214	17.304	-	17.304
Investimentos	8.488	-	8.488	915	-	915
Total do Ativo	842.052	(4.161)	837.891	842.314	(4.161)	838.153

Passivo e Patrimônio Líquido	Financeira			Consolidado		
	31/12/2024	Ajustes Res. 4.966	01/01/2025	31/12/2024	Ajustes Res. 4.966	01/01/2025
Depósitos de demais instrumentos financeiros	225.896	-	225.896	225.896	-	225.896
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	225.896	-	225.896	225.896	-	225.896
Provisões	17.474	-	17.474	17.650	-	17.650
Passivos Fiscal	4.465	-	4.465	4.512	-	4.512
Outros Passivos	18.690	-	18.690	18.695	-	18.695
Patrimônio Líquido	575.527	(4.161)	571.366	575.561	(4.161)	571.400
Capital Social	307.464	-	307.464	307.464	-	307.464
Reservas de Capital	155.430	-	155.430	155.430	-	155.430
Reservas de Lucros	112.832	(4.161)	108.671	112.832	(4.161)	108.671
Outros Resultados Abrangentes	(199)	-	(199)	(199)	-	(199)
Participação dos Não Controladores	-	-	-	34	-	34
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	842.052	(4.161)	837.891	842.314	(4.161)	838.153

Adicionalmente, a Financeira aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Notas Explicativas**2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas****a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual a Instituição administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários" utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

A Financeira não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

• Ativos mensurados ao custo amortizado

A Financeira avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

A Financeira possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Notas Explicativas

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

A Financeira mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios da Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

A Financeira adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada nos Anexos I, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem

Notas Explicativas

como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de recuperação de crédito (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

A Financeira avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

d) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

e) Imobilizado de Arrendamento

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras.

A Financeira é arrendatária, principalmente, de bens imóveis. Estão reconhecidos à valor presente nas Demonstrações Financeiras da Financeira como "Bens de direito de uso" em contrapartida às "Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os bens de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais, no Resultado.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21 que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado do período.

g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

h) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 12.4.).

A Financeira não possui instrumentos com potencial de diluição em 30 de junho de 2025 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

i) Benefícios a empregados

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/21. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável

Notas Explicativas

está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

j) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

k) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Financeira, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

l) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- **Provisão para Perdas Esperadas (*Impairment*):** a Financeira avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Financeira exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** As contingências da Financeira são registradas, de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa, para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, são como segue:

Descrição	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
Disponibilidades	2.460	2.518
Aplicações interfinanceiras de liquidez	26.806	26.806
Total	29.266	29.324

Notas Explicativas

4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários

Financeira	Jun / 2025		
	Custo atualizado	Marcação a Mercado	Valor justo / Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	99.529	62	99.591
Total Contábil	99.529	62	99.591

Consolidado	Jun / 2025		
	Custo atualizado	Marcação a Mercado	Valor justo / Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	99.529	62	99.591
Certificado de Depósitos Bancários	5.263	-	5.263
Total Contábil	104.792	62	104.854

Em 30 de junho de 2025, não havia saldo de provisão para os Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

b) Títulos e Valores Mobiliários por vencimento

Prazo	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
Até 1 ano	-	3.673
De 1 a 2 anos	-	61
De 2 a 3 anos	-	1.529
Acima de 5 anos	99.591	99.591
Total	99.591	104.854

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais feeders). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

5. Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

5.1. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

A composição das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, no individual e consolidado, é como segue:

Aplicações no mercado aberto – Posição Bancada	Jun / 2025
Letras do Tesouro Nacional	26.806
Total – Circulante	26.806

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no individual e consolidado, R\$ 988.

Notas Explicativas

5.2. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição das Operações de Crédito por produtos

A Composição das Operações de Crédito por produtos na Financeira e Consolidado é como segue:

Composição Carteira de Crédito	Jun / 2025
Empréstimo Saque FGTS	367.700
Empréstimo Consignado	85.680
Outros Empréstimos e Financiamentos	2.158
Total	455.538

As receitas das operações de crédito e outros créditos totalizaram, no individual e consolidado, R\$ 47.529.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

A Composição das Operações de Crédito por prazo de vencimento, no individual e Consolidado, é como segue:

Descrição	Jun / 25
Curso Normal	444.527
Até 1 ano	172.747
De 1 ano até 5 anos	248.773
Acima de 5 anos	23.007
Curso Anormal	11.011
Parcelas vincendas	9.164
Até 1 ano	3.179
De 1 ano até 5 anos	5.926
Acima de 5 anos	59
Parcelas vencidas	1.847
Até 1 ano	1.847
Total	455.538

c) Composição da carteira por estágios, no individual e consolidado

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	451.870	1.881	11.133	464.884
Constituição / Liquidação	(6.981)	(263)	(92)	(7.336)
Transferência para Estágio 1	44	(41)	(3)	-
Transferência para Estágio 2	(643)	1.369	(726)	-
Transferência para Estágio 3	(670)	(208)	878	-
Baixa para prejuízo	-	-	(2.010)	(2.010)
Saldo em 30/06/2025	443.620	2.738	9.180	455.538

d) Movimentação das Perdas esperadas por estágios, no individual e consolidado

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	2.583	747	8.394	11.724
Constituição / Liquidação	24	(54)	(321)	(351)
Transferência para Estágio 1	2	(2)	-	-
Transferência para Estágio 2	(274)	616	(342)	-
Transferência para Estágio 3	(510)	(140)	650	-
Baixa para prejuízo	-	-	(2.010)	(2.010)
Saldo em 30/06/2025	1.825	1.167	6.371	9.363

Notas Explicativas

As Perdas esperadas de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a Recuperação de créditos baixados para prejuízo e Descontos concedidos que somados montam R\$ 1.026 no individual e consolidado.

6. Ativos Fiscais

6.1. Correntes - Impostos a compensar

Descrição	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social ⁽ⁱ⁾	-	1.137
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	9.748	9.749
Imposto e contribuições retidos na fonte	50	99
Imposto de renda e contribuição social – IPC/90	-	1.335
Total - Circulante	9.798	12.320
Circulante	6.290	6.326
Não circulante	3.508	5.994

⁽ⁱ⁾ Imposto de renda e contribuição social referem-se a saldos credores de exercícios anteriores.

⁽ⁱⁱ⁾ A Financeira é titular de valores a compensar sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito no Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2021 e parecer (SEI 11469/2022) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a exclusão dos juros da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

6.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários, no individual e consolidado

Financeira	01/01/2025	Constituição	Realização	30/06/2025
Diferenças temporárias	11.937	170	(1.056)	11.051
Provisão para perda esperada	8.027	4	(728)	7.303
Contingências	3.633	165	(191)	3.607
MTM	133	-	(133)	-
Outros	144	1	(4)	141
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	5.787	-	(3.789)	1.998
Total – Não circulante	17.724	170	(4.845)	13.049

b) Realização dos créditos tributários

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, no individual e consolidado, os valores previstos de realização comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base nas taxas de captação para os anos correspondentes:

Exercícios	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal / Base Negativa	Jun / 2025
2025	-	1.998	1.998
2026	2.553	-	2.553
2027	2.412	-	2.412
2028	1.043	-	1.043
2029	2.086	-	2.086
2030 a 2032	2.957	-	2.957
Total	11.051	1.998	13.049
Valor presente	3.199	1.638	4.837

Notas Explicativas

6.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
Resultado antes dos impostos	32.170	32.285
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquota 40%	(12.868)	(12.914)
Resultado de equivalência patrimonial	98	18
Ajustes no cálculo dos tributos	(600)	(589)
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.370)	(13.485)

7. Outros Ativos

Descrição	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 10. b)	15.266	15.477
Devedores Diversos – País	1.029	1.029
Despesas antecipadas ⁽¹⁾	1.101	1.107
Valores a receber	36	36
Outros	1.506	1.506
Total	18.938	19.155
Circulante	2.714	2.720
Não circulante	16.224	16.435

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

8. Investimentos

Descrição	MACS ⁽¹⁾	DOMO ⁽²⁾	Jun / 2025
Capital social subscrito e integralizado	4.853	11.500	-
Quantidade de ações integralizadas	53.924.604	1.150.000	-
Patrimônio líquido ajustado	7.807	9.590	17.397
Resultado societário do período	200	443	643
Participação no capital integralizado	99,56%	10,00%	-
Resultado da equivalência patrimonial	200	44	244
Valor dos investimentos	7.773	959	8.732

⁽¹⁾ Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. – Empresa controlada na qual a Financeira tem o controle direto, assegurando-lhe, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais, em conformidade com o artigo 243, §2º, da Lei 6.404/76.

⁽²⁾ Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual a Financeira detém 10% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

9. Imobilizado de arrendamento

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

Descrição	Custo	Depreciação ⁽¹⁾	Jun / 2025
Bens de direito de uso	152	(15)	137

⁽¹⁾ A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado que variam de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do imobilizado de arrendamento

Notas Explicativas

Bens de direito de uso	
Saldo em 01/01/2025	-
(+) Adições	152
(-) Depreciação no período	(15)
Saldo em 30/06/2025	137

Os Bens de direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de imóveis para utilização operacional. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Mercantil.

10. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que a Financiera venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- **Trabalhistas:** são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- **Cíveis:** são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- **Fiscais:** a Financeira possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas

a) Composição das Provisões

Descrição	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	10.726	10.910
Provisão para processos trabalhistas	215	215
Provisão para processos cíveis	6.628	6.628
Total – Não circulante	17.569	17.753

⁽¹⁾ Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das Provisões

Financeira	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01/01/2025	10.565	6.694	215	17.474
Constituição / (Reversão) – vide nota nº 13.5.	-	3.327	40	3.367
Atualização Monetária	121	85	-	206
Atualização Depósitos / (Liquidações)	40	(3.478)	(40)	(3.478)
Saldos em 30/06/2025	10.726	6.628	215	17.569
Depósitos judiciais – vide nota nº 7.	11.798	3.004	464	15.266

Notas Explicativas

Consolidado	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01/01/2025	10.741	6.694	215	17.650
Constituição/ (Reversão) – vide nota nº 13.5.	-	3.327	40	3.367
Atualização Monetária	129	85	-	214
Atualização Depósitos / (Liquidações)	40	(3.478)	(40)	(3.478)
Saldos em 30/06/2025	10.910	6.628	215	17.753
Depósitos judiciais – vide nota nº 7.	11.981	3.004	492	15.477

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais da Financeira, classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R\$ 237.

11. Outros Passivos

Descrição	Jun /2025	
	Financeira	Consolidado
Credores Diversos – País	6.307	6.307
Sociais e Estatutárias	3.408	3.408
Provisão para Pagamentos a Efetuar	333	333
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	75	75
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	130	130
Outros	479	487
Total - Circulante	10.732	10.740

12. Patrimônio Líquido

12.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Descrição	Jun / 2025	
	Quantidade	R\$ mil
Ações ordinárias	24.080.768	180.606
Ações preferenciais	16.914.403	126.858
Total do capital subscrito e integralizado	40.995.171	307.464

12.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária no semestre não houve destinação dos resultados.

Notas Explicativas

12.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 70% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

No período não foram declarados Juros sobre o Capital Próprio ou Dividendos.

12.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Financeira e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Jun / 2025
Número médio e final de ações	24.080.768	16.914.403	40.995.171
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	24.080.768	16.914.403	40.995.171
Lucro líquido atribuível	11.043	7.757	18.800
Lucro básico por ação	0,4586	0,4586	0,4586

13. Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais

13.1. Despesas de pessoal

Descrição	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
Remuneração dos administradores	4.458	4.459
Encargos sociais	1.005	1.005
Benefícios e treinamentos	55	55
Total	5.518	5.519

13.2. Despesas administrativas

Descrição	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios	5.417	5.417
Serviços prestados – ligadas	2.456	2.494
Processamento de dados	1.628	1.628
Serviços de terceiros	878	878
Serviços do sistema financeiro	367	367
Serviços técnicos especializados	391	397
Seguros	263	263
Aluguéis	22	22
Amortização e depreciação	15	15
Outras	96	96
Total	11.533	11.577

Notas Explicativas

13.3. Despesas tributárias

Descrição	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
COFINS	2.166	2.166
ISSQN	352	352
PIS	88	88
Outros tributos	6	8
Total	2.612	2.614

13.4. Outras receitas operacionais

Descrição	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
Variações monetárias ativas	589	634
Recuperação de encargos e despesas	235	235
Ressarcimento custos de portabilidade	107	107
Outras receitas	135	135
Total	1.066	1.111

13.5. Outras despesas operacionais

Descrição	Jun / 2025	
	Financeira	Consolidado
Despesas de caráter eventual ⁽¹⁾	1.446	1.446
Variação monetária passiva	206	214
Outras despesas	32	32
Total	1.684	1.692

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

13.6. Reversões / (Despesas) de Provisões, no individual e consolidado

Descrição	Jun / 2025
Provisões cíveis	3.327
Provisões trabalhistas	40
Total	3.367

13.7. Resultados não recorrentes

Em 30 de junho de 2025 não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

14. Transações com Partes Relacionadas

14.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Jun / 2025	
Ativos	29.685
Disponibilidades (Banco Mercantil)	2.460
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Banco Mercantil)	26.806
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Banco Mercantil)	419
(Passivos)	(482)
Outras Obrigações (Banco Mercantil)	(482)

Notas Explicativas

Contas de Resultado	Jun / 2025
Receitas / (Despesas) da Intermediação Financeira (Banco Mercantil)	(2.315)
Outras Despesas Administrativas (Banco Mercantil) - vide nota nº 13.2.	(2.456)

14.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Mercantil Financeira S.A., conforme previsto no Estatuto Social.

O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 9.880.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria e participações nos lucros (vide nota nº 13.1.).

Não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

14.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

15. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

Na Financeira, o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu controlador, Banco Mercantil.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

Notas Explicativas

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura os índices de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2025, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 17,1%, perante um mínimo requerido de 8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

Na Financeira, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

Na Financeira, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada em seu Controlador. É realizada de forma contínua e apoiada em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento, além de utilizar modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil Financeira S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros**

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros Consolidados:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	99.591	99.591	5.263	104.854
Títulos e Valores mobiliários	99.591	99.591	5.263	104.854
Ao custo amortizado	473.318	26.806	422.852	449.658
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.806	26.806	-	26.806
Operações de Crédito e Outros Créditos	446.175	-	422.515	422.515
Outros ativos financeiros	337	-	337	337
Total em 30/06/2025	572.909	126.397	428.115	554.512

16. Outras Informações

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras semestrais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira

Notas Explicativas

credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Mercantil Financeira S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis.

Assim, o Controlador divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes a 30 de junho de 2025 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

MERCANTIL FINANCEIRA S.A.
Crédito, Financiamento e Investimento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Augusto de Araujo – Presidente
Paulo Henrique Brant de Araujo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

Ângela Cristina Romariz Barbosa Leite
Márcio Lopes Costa

DIRETORIA**DIRETOR-PRESIDENTE**

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Marco Antônio Andrade de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

Luiz Carlos de Araújo
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETOR

Anderson Adeilson de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Leowigildo Leal da Paixão Araújo
Milton de Castro Silva Junior

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.3 às informações contábeis intermediárias que descreve que as referidas informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas informações contábeis intermediárias dos períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Financeira e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) do dia 4 de agosto de 2025, os membros do Conselho Fiscal da Mercantil do Brasil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), reuniram-se presencialmente na Avenida do Contorno, nº 5.800, 14º andar, Edifício Statement, bairro Savassi, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e em cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com o previsto no art. 163, inciso VI, da Lei nº 6.404/76, examinaram, sem quaisquer ressalvas, as informações semestrais, individuais e consolidadas da Companhia, contidas nas Demonstrações Financeiras em BACEN-GAAP, referentes ao 1º semestre de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório da Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/19 e nº 4.966/21; bem como o "Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras – 1S2025" emitido sem ressalvas pelos auditores independentes - PricewaterhouseCoopers ("PWC"). Ainda, foi examinado o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros que tem como objetivo demonstrar a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, em conformidade com a Resolução CMN N° 4.842/2020.

Com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos sobre os controles internos prestados pela administração e à vista do relatório sobre as informações semestrais dos auditores independentes - PricewaterhouseCoopers ("PWC"), emitido sem ressalvas, e do Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, os conselheiros fiscais da Companhia, opinaram, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2025, Notas Explicativas e Relatório da Administração, estão em condições de serem divulgadas e, posteriormente, submetidas à aprovação da assembleia geral ordinária dos acionistas.

Belo Horizonte/MG, 4 de agosto de 2025.

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Leowigildo Leal da Paixão Araújo
Milton de Castro Silva Junior

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Financeira, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

Belo Horizonte/MG, 05 de agosto de 2025.

Diretor-Presidente
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretor Executivo e de Relações com Investidores
Luiz Carlos de Araújo

Diretor Executivo
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor
Anderson Adeilson de Oliveira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras da Financeira, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

Belo Horizonte/MG, 05 de agosto de 2025.

Diretor-Presidente
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretor Executivo e de Relações com Investidores
Luiz Carlos de Araújo

Diretor Executivo
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor
Anderson Adeilson de Oliveira